

## EDUCAÇÃO ESCOLAR - PROJETO PEDAGÓGICO

Ilza Rodrigues Jardim

A escola, como instituição social, cuja prática social funda-se no reconhecimento público conferindo-lhe legitimidade e atribuições própria, garantindo-lhe autonomia e uma ação diferenciada das demais instituições. Tem-se uma relação interna entre Estado e escola, sendo que a autonomia das instituições escolares só se faz possível na medida em que o Estado e a sociedade reconhecem a legitimidade de suas atribuições, num princípio de diferenciação que lhe confere autonomia perante outras instituições sociais.

O entendimento da escola com espaço público é inseparável da idéia de democracia, de democratização do saber, no qual a educação e a cultura passam a ser constitutivas da cidadania. A educação é reconhecida como direito dos cidadãos, no sentido de ter direito à escola de qualidade social que aproxime as culturas dos sujeitos que agem e interagem nesse espaço, cujo compartilhar diminua as diferenças, reconheça e legitime seus saberes.

É de Hanna Arendt a contribuição teórica do vínculo de espaço público e cidadania; a noção de espaço público como o mundo compartilhado com os outros, um espaço que não é propriedade dos indivíduos e nem do poder estatal. A escola é esse espaço no qual a igualdade e/ou a possibilidade de igualdade deve prevalecer, a convivência do diverso faz-se companheira do reconhecimento da singularidade, legitimado pelo reconhecimento público e intersubjetivo dos outros.

Pensar a proposta de educação escolar na perspectiva que esse pensar é de todos, envolve os segmentos que constituem a comunidade escolar – alunos, pais e responsáveis pelo aluno/a, servidores administrativos e professores - é instituir uma política plural no pensar o processo educativo, é criar um espaço compartilhado por todos na prática social da escola, é possibilitar a vivência do democratizar a democracia. É nesse encontro que acontece a “magia” da cidadania, expressão do ato, da vontade individual e coletiva. Inicia-se o pensar a ação futura de forma a democratizar radicalmente a democracia, ou seja, de criar mecanismos para que ela corresponda aos interesses da ampla maioria da população e de criar instituições novas, pela reforma ou pela ruptura, que permitam decisões sobre o futuro que seja decisões sempre compartilhadas (GENRO,1997).

A escola brasileira tem sua autonomia política na gestão do processo educativo legitimada na Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Esta legitimação de autonomia se faz presente em vários aspectos referentes ao fazer a educação escolar quer seja a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio. No presente texto, interessa destacar o que se refere ao projeto pedagógico. No item I do artigo 12, como incumbência dos estabelecimentos de ensino o elaborar e executar sua proposta pedagógica e no artigo 13 ao explicitar o que incumbe ao professor, diz: participar na elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino e elaborar e cumprir plano de trabalho, segundo a proposta pedagógica. O artigo 14 dessa lei, delega aos sistemas de ensino federal, estadual e municipal normatizar a gestão democrática do ensino na educação básica, destacando os seguintes princípios: (1) participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola; (2) participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.

---

---

Entendido o projeto pedagógico como expressão da comunidade escolar quanto ao processo de educação da instituição escolar, seja esta pública, estatal ou privada, deve ser uma carta de intenções dos espaços educativos na qual é explicitada a concepção de educação, pela qual pretende-se realizar a política cultural de uma educação escolar. Esta respeita o produzido por cada um em sua especificidade sócio cultural e o ajuda construir e compreender a realidade social, como também torna-se um meio pelo qual cada indivíduo pode avançar no sentido de universalizar seus conhecimentos e sentimentos quanto às leituras de mundo e do fazer e conhecer esse mundo.

Segundo Kramer

“uma proposta pedagógica é um caminho, não é um lugar. ( ) é construída no caminho, no caminhar. Toda proposta pedagógica tem uma história que precisa ser contada ( ) é a fala de um desejo, de uma vontade eminentemente política no caso de uma proposta educativa, e sempre humana, vontade que o ser social e humano, nunca é uma fala acabada” (p. 19); ( ) “uma proposta pedagógica expressa sempre os valores que a constituem, e precisa estar intimamente ligada à realidade a que se dirige, explicitando seus objetivos de pensar criticamente esta realidade ( ) precisa ser construída com a participação efetiva de todos os sujeitos - crianças e adultos, professores e profissionais não docentes, famílias e população em geral - levando em conta suas necessidades, especificidades, e realidade.” (p. 21). ( ) trata-se de ativar saberes locais, descontínuos, desqualificados, não legitimados, contra a instância teórica, unitária que pretenderia depurá-los, hierarquizá-los, ordená-los em nome de uma ciência detida por alguns. (Foucault, p.171).

Eliminar a tirania do espaço escolar é dar vida aos que a fazem, é ter uma concepção de cultura escolar que encontra ressonância no dito por Brandão:

"a cultura precisa ser capaz de produzir significados, provocar sentimentos individuais e coletivos, criar disposições à ação e estabelecer formas de experiência coletiva da vida e de reflexões sobre seu valor. A cultura é um processo de construção social da história de vida das pessoas, das sociedades dos povos e até mesmo das nações." (BRANDÃO, p. 85).

A Escola em seu movimento de pensar ação futura, de construir uma maneira de fazer educação escolar que se aproxime do diverso, produz um movimento que busca ruptura com o até então acreditado e produzido em educação escolar. Produz, no dizer de Lourau (1975), um movimento dialético tridimensional, no qual a instituição se (des) institucionaliza na busca de um projeto de educação escolar que expresse o particular, o singular, universalizando-os num processual que constrói seu tempo-espaço, no qual, por meio do processo participativo, não só aproxima-se de um jeito mais democrático de fazê-lo, como também, democratiza o processo, por meio da participação.

O pensar a ação futura no sentido de construir um estado participativo nos remete para o que nos diz Delleuze a indignidade de falar pelos outros. "Quero dizer que se ridicularizava a representação, se dizia que ela tinha acabado, mas não se tirava a consequência dessa conversão "teórica", isto é, que a teoria exigia que as pessoas a quem ela concerne falassem por elas próprias". (p. 72)

A comunidade escolar, ao pensar seu projeto pedagógico, pode seguir muitos jeitos de desenvolver o processo, sendo que um dos jeitos pode ser o de Pina Bausch, coreógrafa alemã:

( ) surgiu o método de perguntas, como eu não pudesse chegar aos atores com um lema coreográfico, tendo de começar por outra parte, lhes formulei então perguntas que fazia a mim mesma. As perguntas existem para abordar um tema com toda a cautela. Esse é um método bem aberto e, no entanto, preciso. Pois sempre sei o que procuro, mas sei com meu sentimento, não com minha cabeça. Por isso, nunca se pode perguntar de maneira muito direta. Seria grosseiro demais, e as respostas, demasiado banais. Sei o que procuro, mas não consigo explicá-lo. Antes, é como se fosse preciso pôr-se em paz com as palavras, com muita calma, deixá-las vir à tona. (p.11).

As coisas mais belas estão quase sempre bem escondidas. É preciso apanhá-las e cultivá-las e deixá-las crescer bem devagar. O que exige uma grande confiança mútua. Pois, afinal, sempre há limites internos a superar. Das muitas perguntas, restam no fim só bem poucas coisas que compõem uma peça. Tudo é virado pelo avesso e repensado a fundo. Cada detalhe sofre um sem número de metamorfoses, até por fim que encontre seu lugar correto (p.12).

O perguntar de Bausch pode ser interpretado como espaço que a coreógrafa reconhece que também é do outro, a busca do compartilhar como construção de um espaço no qual todos podem participar. A participação pode ser compreendida como uma estratégia processual na qual o indivíduo e os indivíduos envolvidos incluem-se e excluem-se das realidades por eles construídas. É um pouco ou muito do que nos diz Kosik (1976), “o homem vive em muitos mundos mas cada mundo tem uma chave diferente e o homem não pode passar de um mundo para outro sem a chave respectiva, isto é, sem mudar a intencionalidade de apropriação da realidade”. A expressão apropriar-se da realidade remete o homem ao mundo, e com este entrar o homem passa a participar a apropriar-se, e essa apropriação não é um ato de concessão do outro, mas sim um ato no qual cada um se concede o direito de intervir, de conquistar pela interferência a construção de duas realidades únicas em si mesmo, diferentes, desiguais, mas profundamente humanas, a realidade de si mesmo e do social .

A percepção da apropriação da realidade como processo de concessão conquistada por cada indivíduo evidencia nesse processo como elemento constitutivo de sua natureza o ato de busca, de luta, de conquista. O movimento de busca, de construção de espaços, de interferência constitui-se um ato de natureza política, tendo-se em consideração de que esse movimento não é espontâneo, mas intencional. O mover-se é construído pelo indivíduo consigo mesmo e com os indivíduos entre si, no qual dá-se o encontro.

Pode-se entender o processo de planejar um projeto de ação pedagógica como o processo pelo qual se constrói um estado desejado de educação escolar; são representações entendidas como experiências que se situam no campo dos fenômenos mentais e intelectuais. Suporte das experiências - estados de consciência ( ) experiências produzem representações ( ) são realidades que têm característica dominante de se reportarem elas próprias a outros objetos sendo simultaneamente dotadas de uma existência independente desses últimos e podendo aparecer e desenvolver-se na sua ausência (daí o prefixo “re”representação). Os projetos apresentam todos os caracteres das representações, que são (1) produzidos a partir de outras representações; (2) mantêm uma relação específica com o real ou com os objetos representados; (3) (...) acompanhados de fenômenos afetivos que dizem respeito aos atores que se representam (BARBIER, 1993).

Penso que:

gerir um projeto de educação escolar é uma busca constante a respostas adequadas ao processo educativo, apostando na pesquisa, nas relações de poder, na coerência entre o real e o que é desejado;

a gestão de projeto traz consigo o apostar no novo, não somente na perspectiva do inédito, mas novo no sentido de “outra forma de fazer”, de “um outro olhar”, de “uma outra maneira de estabelecer relações de forças”;

projetar é antecipar uma situação desejada por meio da construção de uma imagem, que pode na antecipação trazer consigo algo de reprodução, como também pode na reprodução trazer elementos que antecipam uma nova situação;

entender projeto de educação escolar como uma imagem num constante processo inteligível, como nos diz Parente:

“A imagem não reproduz o real, o real é um aberto que não se deixa reproduzir, como cópia ou dado, senso comum ( ) se ela supõe a linguagem, é para brincar com ela – como poesia - para se fazer desaparecer do lado do objeto (linguagem da transparência). ( ) a imagem é um objeto, e “é a linguagem (o inteligível) que faz da imagem um objeto, e do olho um sujeito – geometrização abstrata, espaços de interioridade, clichês;

( ) pensar o projeto como imagem, objeto inteligível pela linguagem, nos faz buscar Piaget, com seu pensar sobre a construção do conhecimento, quando nos diz que ( ) ”dum conhecimento-assimilação, o objeto só é conhecido enquanto conceptualizado em graus diversos. Aí a imagem é sempre produto de um esforço de cópia concreta e mesmo símile-sensível do objeto, mas esta cópia permanece fundamentalmente simbólica, pois o significado efetivo só se encontra no conceito.”

Acredito que homens e mulheres que trabalham em educação precisam ocupar este espaço, o de construir um projeto pedagógico. Precisa-se ser uma voz que necessita de outras vozes; precisa-se aprender a lidar com o diverso, com o jeito de falar do outro, de seu pensar; precisa-se deixar de tolerar e aceitar; precisa-se aprender a lidar com as diferenças culturais que se fazem presentes no espaço de educar e ensinar.

## REFERÊNCIAS

BAUSCH, Pina. Dance senão estamos perdidos. Folha São Paulo, Caderno Mais, Domingo, 27 de agosto de 2000.

BARBIER, Jean-Marie. Elaboração de projetos de ação e planificação. Porto, 1993.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Em campo aberto: escritos sobre a educação e a cultura escolar. São Paulo: Cortez, 1995.

FOUCAULT, MICHAEL. Microfísica do poder Rio de Janeiro: Edições Graal, 1970.

GENRO Tarso ; SOUZA, Ubiratan. Orçamento Participativo. A experiência de Porto Alegre. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1997.

KRAMER, Sonia. Propostas pedagógicas ou curriculares: subsídios para uma leitura crítica. Educação e Sociedade, v.17, n.60, dezembro 1997.

LOURAU, René. A análise institucional. Petrópolis: Vozes, 1975.

PARENTE, André. Os paradoxos da imagem-máquina. In: PARENTE, André. Máquina: a era das tecnologias do virtual. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1993.

PIAGET, Jean ; INHELDER, Bärbel. A imagem mental na criança. Porto: Civilização, 1977.